

Réplica



Revista Réplica
Ano 38 - Nº 1 | AGOSTO 2019
www.amprs.com.br/replica

Exemplo a ser seguido

Com apoio da AMP/RS, comitiva gaúcha participa do Curso de Combate ao Crime Organizado na Itália. **06**

Reforma da Previdência

Associação marca presença em Brasília na defesa dos direitos dos membros do Ministério Público. **08**



REVISTA RÉPLICA
ANO 38 - Nº 1 | AGOSTO 2019

Foto:
Cláudio Veríssimo/2112Estúdio

Esta edição do Réplica traz, na capa, a imagem da sede administrativa da Associação do Ministério Público (AMP/RS). Localizado no “centro jurídico” de Porto Alegre, nas proximidades do Foro Central e do Tribunal de Justiça, o número 501 da Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto é a “casa” da Associação desde 18 de dezembro de 1998, quando o prédio foi oficialmente inaugurado. Além das salas destinadas aos setores administrativos, os oito andares abrigam apartamentos de trânsito e espaços disponíveis para o uso dos associados. O prédio do bairro Praia de Belas, que, em 2014, passou por uma revitalização da fachada e da infraestrutura, é o “coração” da AMP/RS. Além da sede administrativa, a Associação ainda conta com uma sede campestre, na Avenida Cavallhada, 6149, para atividades de lazer, realização de festividades e prática de esportes.

» Carta ao leitor	03
» Mulheres em debate	04
» Um exemplo a ser seguido	06
» Em defesa dos direitos dos membros do MP	08
» Homenagens e lançamento de livros no Dia do Ministério Público	10
» "Sempre estivemos abertos ao diálogo"	12
» Parceria renovada	15
» Jantar de posse reuniu autoridades, colegas e convidados	16
» Nomeados 21 novos promotores	17
» AMP/RS Informa	18
» Vitória gaúcha no Torneio Nacional de Futebol Society	21
» ARTIGO Pro societate, por Cláudio Brito	22
» CRÔNICA Conflitos Freudianos, por Mário Cavalheiro Lisbôa	23

EXPEDIENTE

RÉPLICA é uma publicação da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS).

PRESIDENTE
Martha Silva Beltrame

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
João Ricardo S. Tavares

VICE-PRESIDENTE DE NÚCLEOS
Fernando Andrade Alves

VICE-PRESIDENTE SOCIAL
Karina Busmann

VICE-PRESIDENTE APOSENTADOS
Paulo N. Weschenfelder

DIRETOR DO RÉPLICA
Mário Cavalheiro Lisbôa

EDIÇÃO
CDN Sul
Rua Hilário Ribeiro, 202 - Loja 06 – Moinhos de Vento
CEP 90510-040 – Porto Alegre (RS)
Telefone: (51) 3095-6751

REPORTAGEM
Mariana Oselame (MTB 13.040) | mariana.oselame@cdn.com.br
Robson Hermes (estagiário) | imprensa@amprs.org.br

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Prana Design & Cultura
Rafael Sarmento | rafael.sarmento@pranacultura.com
Rua Cel. Fernando Machado, 464 – Centro Histórico
CEP: 90010-320 – Porto Alegre (RS)
Telefones: (51) 991.699.944 | (51) 993.482.347

IMPRESSÃO
Ideograf – Gráfica e Editora
Rua Dr. João Inácio, 75 – Navegantes
CEP 90230-180 – Porto Alegre (RS)
Telefone: (51) 3325-4900
relacionamento@ideograf.com.br

TIRAGEM
1.200 exemplares

Av. Aureliano de Figueiredo
Pinto, 501 – Praia de Belas
CEP 90050-191 – Porto Alegre (RS)
Telefone: (51) 3254.5300
www.amprs.org.br



Robson Hermes / AMP/RS

Nos dias de hoje, mais do que nunca, é fundamental desenvolver a capacidade de se adaptar às mudanças. A velocidade com que a tecnologia evolui – e a forma como ela impacta nas relações interpessoais e no âmbito profissional – exige uma postura atenta às transformações pelas quais o mundo passa. Não se pode parar no tempo; é preciso olhar para o futuro. Aliar a tradição à inovação, neste contexto, é um diferencial importante para a manutenção da credibilidade e do valor das instituições perante os seus públicos e a sociedade.

É neste sentido que apresento a você a Revista Réplica – uma atualização do tradicional Jornal Réplica, instrumento de comunicação entre os colegas da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS). Muda o formato, que passa a ser mais leve, atual e contemporâneo; mas não muda a essência que desde sempre caracterizou o Réplica impresso: compartilhar as informações sobre a gestão da AMP/RS e os temas de relevância para os seus associados.

Nesta edição de estreia do novo formato, a Revista Réplica traz um balanço do primeiro semestre de 2019. Entre os conteúdos de destaque, estão as páginas que registram a cerimônia de posse e o jantar que marcaram a recondução do colega Fabiano Dallazen ao cargo de procurador-geral de Justiça do Estado, bem como as respostas do promotor às perguntas enviadas pelos jornalistas dos principais veículos de imprensa do Rio Grande do Sul. Esta edição também evidencia a presença da AMP/RS em eventos marcantes como a 5ª Conferência de Promotoras e Procuradoras da Região Sul, realizada no fim de junho, em Bento Gonçalves, e o XVIII Torneio Nacional de Futebol Society do Ministério Público, que ocorreu em São Luís, no Maranhão. Réplica traz, ainda, a participação da Associação em diversas frentes de defesa dos direitos dos membros do Ministério Público, como, por exemplo, a Reforma da Previdência. Além disso, resgata a experiência dos colegas que participaram, na Itália, do curso Combate ao Crime Organizado – Máfias, Corrupção e Terrorismo. Como não poderia deixar de ser, preservando a essência do Jornal Réplica, a revista se encerra com um artigo do colega Cláudio Brito e uma crônica de Mário Cavalheiro Lisbôa.

As páginas que você irá ler a seguir ainda reúnem muitos outros conteúdos relevantes – e a proposta é que, a cada edição, com a participação dos associados e colegas, a Revista Réplica possa se consolidar como um instrumento de comunicação adequado aos novos tempos.

Desejo a você uma ótima leitura!

Martha Beltrame
Presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS)

Mulheres em debate na 5ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça

Evento foi organizado pela presidência do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMT) em parceria com a Delegação da União Europeia no Brasil

com uma roda de conversa que abordou a atuação da mulher negra no feminismo.

Na manhã seguinte, diversas oficinas simultâneas abriram os trabalhos do último dia do encontro. Em todas as atividades, o clima era de integração e fraternidade. O painel temático →

“Perspectivas de Equidade de Gênero – uma percepção feminina” deu andamento às discussões e trocas de experiências entre as participantes. A atividade foi liderada pela advogada e mestre em Direitos Humanos e Democratização, Antônia Maria Barrados, que veio de Portugal para o evento; pela promotora de justiça do Ministério Público de Santa Catarina, Chimelly Louise de Resenes Marcon; pela procuradora de justiça do MP do Paraná, Monica Louise de Azevedo; e pela procuradora de justiça do MP do Rio Grande do Sul, Silvia Cappeli. ↓



Conferência realizada em Bento Gonçalves (RS) reuniu promotoras e procuradoras do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná

Promotoras e procuradoras de Justiça dos Ministérios Públicos Estaduais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná participaram, no fim de junho, em Bento Gonçalves, da quinta edição da Conferência Regional. O evento, que teve como mote as “Perspectivas de Equidade de Gênero no Sistema de Justiça e no Ministério Público”, encerrou o ciclo de cinco conferências que discutiu, em todo o País, a realidade de procuradoras e promotoras brasileiras. As outras edições regionais ocorreram, respectivamente, em Belém (Pará), Salvador (Bahia), Goiânia (Goiás) e na capital de São Paulo.

A abertura da Conferência da Região Sul contou com a presença da procuradora-geral da República e presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, Raquel Dodge, que falou sobre a trajetória histórica da mulher na sociedade e destacou a importância de iniciativas que abordem a equidade de gênero. “É preciso que tenhamos um espaço confortável para debatermos temas que ainda são subversivos e revolucionários”, salientou.

A presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS), Martha Beltrame, que também representou a CONAMP no evento, ampliou →

a discussão ao abordar a necessidade de maior inclusão das mulheres na sociedade e nas esferas de decisão. “É fundamental, cada vez mais, impulsionarmos uma sensibilização para o reconhecimento das diferenças e para a criação de ambientes propícios, que acolham o feminino nas instituições e na sociedade”, ressaltou.

“É fundamental, cada vez mais, impulsionarmos uma sensibilização para o reconhecimento das diferenças e para a criação de ambientes propícios, que acolham o feminino nas instituições e na sociedade.”
Martha Beltrame

Logo após a abertura, seis oficinas simultâneas abordaram, em eixos temáticos, assuntos como ingresso, permanência e movimentação na carreira; condições de trabalho; conciliação entre trabalho e família como dupla jornada; empoderamento, lideranças e participação político-institucional, e políticas que estimulam a igualdade de gênero. O primeiro dia de conferência foi encerrado →

Estiveram no evento, também, a chefe da seção para assuntos políticos, econômicos e de informação da delegação da União Europeia no Brasil, Domenica Bumma; a deputada federal Liziane Bayer; os conselheiros nacionais do Ministério Público, Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, Sebastião Vieira Caixeta, Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior e Otávio Luiz Rodrigues Junior; o diretor-geral da Escola Superior do Ministério Público da União e procurador regional da República, João Akira Omoto; o embaixador da Croácia no Brasil, Zeljko Vukosav; a representante do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, Cibele Kuss; a secretária municipal de finanças de Bento Gonçalves, Mariana Largura; a procuradora-geral de Justiça do Estado da Bahia, Ediene Santos Lousado; e as representantes da procuradoria-geral de Justiça dos Estados de Santa Catarina e do Paraná, Lenir Roslindo Piffer e Simone Maria Tavarnaro Pereira.

Organizada pela presidência do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a conferência contou com o apoio da Secretaria de Direitos Humanos e Defesa Coletiva (SDH/CNMP), da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDE/CNMP), e com a parceria da Delegação da União Europeia no Brasil – EU. ■



Presidente da AMP/RS, Martha Beltrame falou sobre a necessidade de maior inclusão das mulheres na sociedade e nas esferas de decisão



Abertura do evento contou com a presença da procuradora-geral da República e presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, Raquel Dodge

Um exemplo a ser seguido

Membros do Ministério Público gaúcho integraram comitiva brasileira que participou, em Roma, do VI Curso de Combate ao Crime Organizado – Máfias, Corrupção e Terrorismo. Empreendida na Itália nos anos 90, Operação Mãos Limpas é, até hoje, referência mundial



Participantes do curso em frente ao prédio da embaixada do Brasil, no centro de Roma

Quase quatro décadas depois de ter sido deflagrada, na Itália, a Operação Mãos Limpas ainda é referência mundial quando o assunto é combate à corrupção. Por isso, nada melhor do que ir a Roma aprender com quem desmantelou a máfia e condenou mais de 300 criminosos nas décadas de 1980 e 1990. Foi o que 17 membros do Ministério Público do Rio Grande do Sul – e outros 68 de outros estados brasileiros – fizeram, entre os dias 5 e 16 de maio, ao participar do VI Curso de Combate ao Crime Organizado – Máfias, Corrupção e Terrorismo. Resultado de uma parceria entre AMP/RS, International Experience, Accademia Juris Roma e Centro de Estudos Jurídicos Latinoamericanos da Universidade de Roma Tor Vergata, o curso proporcionou aos participantes, além de uma imersão no tema, visitas ao parlamento italiano, à procuradoria da República e à embaixada do Brasil.

Para Federico Penna, organizador do curso, os conhecimentos compartilhados são aplicáveis em qualquer parte do mundo. “É fundamental para a Academia Juris Roma e todos os parceiros a realização deste tipo de formação que permite transmitir o conhecimento da experiência italiana para os outros países que, mesmo distantes, são próximos no que se refere à corrupção, violência e demais crimes”, afirmou Penna. A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, aproveitou a passagem por Roma para firmar um memorando de entendimento com o procurador-nacional Antimáfia e Antiterrorismo da Itália, Federico Cafiero de Raho. Entre as estratégias de ampliação da cooperação entre os dois países está a formação de um grupo de trabalho para combater o crime organizado.



Sexta edição do curso foi realizada no Centro de Estudos Jurídicos Latinoamericanos da Universidade de Roma Tor Vergata

Incentivo ao aperfeiçoamento

Dos 17 integrantes da comitiva gaúcha que participaram do curso em Roma, dois ganharam bolsas integrais e outros dez receberam bolsas parciais, sorteadas pela AMP/RS no Congresso Estadual do MP de 2018, como forma de incentivo ao aperfeiçoamento dos membros do Ministério Público do Rio Grande do Sul. “Temos o compromisso de contribuir para o aprimoramento funcional de todos os colegas. Por isso, consideramos muito importante apoiar a participação nestas qualificações”, afirma a presidente Martha Beltrame. De 30 de setembro a 10 de outubro, outras três associadas viajam para Roma – desta vez, para integrar o grupo do curso “Efetividade dos Direitos Fundamentais na Era Global”, também promovido pelo Centro de Estudos Jurídicos Latinoamericanos da Universidade Tor Vergata. Além das aulas, Aline dos Santos Gonçalves, Dinamércia Maciel de Oliveira e Karina Albuquerque Denicol participarão de visitas institucionais em Estrasburgo e Luxemburgo. ■

Temos muito a aprender

“A minha participação no curso foi uma grata e excelente oportunidade de conhecer a experiência italiana no combate à criminalidade, além de ter me proporcionado uma grande satisfação em conviver com mais dezesseis colegas de nosso Ministério Público e conhecer outros operadores do Direito.

Percebi que, além do uso das ferramentas modernas, como o acordo de leniência e a delação premiada, há necessidade da criação de um sistema nacional de inteligência e de dados, com compartilhamento de informações entre os estados, incluindo o circuito bancário. Também pude constatar a importância da integração entre as polícias e a magistratura que, no modelo italiano, abarca juízes e os membros do Ministério Público, permitindo um diálogo institucional. Nesse sistema, não haveria celeuma nas trocas de mensagens entre seus membros, valorizando o objetivo principal de uma eventual operação:

Nas visitas institucionais, conhecemos o parlamento italiano, a procuradoria-geral da República e a embaixada do Brasil – localizada em um belíssimo prédio, no centro de Roma, onde, caminhando por suas ruelas, fomos saudados pelo ministro da Justiça italiana.

Percebi que na luta contra a máfia e outras organizações criminosas, existe a necessidade da perda dos bens apreendidos dos criminosos, como os palácios e as mansões dos mafiosos, o que ainda precisa ser aperfeiçoado no Brasil. Temos muito a aprender e a evoluir, pois o sucesso da operação “Mão Limpas” também contou com o apoio da sociedade italiana.

Isso leva a crer que o crime organizado só é neutralizado e punido mediante enérgicas ações do estado, quer através de uma legislação mais severa, quer por decisões rápidas e eficientes, e com a coragem de pessoas como Borsellino e Falcone – “heróis da magistratura”, segundo o ministro Sérgio Moro. (Os juízes Paolo Borsellino e Giovanni Falcone “abriram caminho” para o combate à Máfia na Itália. Foram assassinados antes do início da Operação Mãos Limpas.)

Ainda, nunca esquecer o que nos foi mostrado nesse excelente curso, que todos os colegas, quando possível, deveriam realizar:

“Un uomo fa quello che è suo dovere fare, quali che siano le conseguenze personali, gli che siano gli ostacoli, i pericoli o le pressioni. Questa è la base di tutta la moralità umana”. Ou, em bom português: “Um homem só faz o que tem que fazer, sejam quais forem as consequências pessoais, quaisquer que sejam os obstáculos, perigos ou pressões. Esta é a base de toda a moralidade humana.”

Comitiva gaúcha no VI Curso de Combate ao Crime Organizado – Máfias, Corrupção e Terrorismo	
Bruno Bonamente	Daniel Mattioni
Érico Rezende Russo	Angela Hackbart Conde
Maria Fernanda Cassol	Ederson Luciano Maia Vieira
Flávio Eduardo de Lima Passos	Laura Regina Sedrez Porto
Luiz Carlos Prá	Amanda Giovanaz
Diego Gomes Taborda	Márcia Corso Ruaro
Sílvia Inês Miron Jappe	Márcio S. Pinto Ferreira
Flávio Brenner da Costa	Maria Cristina de Lucca
Vilson Farias	

estancar a corrupção e prender os corruptos. Afora o manancial de ensinamentos ministrados por profissionais altamente qualificados e conhecedores do fenômeno mafioso, tivemos a calorosa receptividade do organizador, Federico Penna, e de sua equipe, além da facilidade de entendimento pelo eficiente trabalho de duas brasileiras que atuaram na tradução simultânea do curso. →

Por fim, nos resta torcer para que nossas ações institucionais contem com o apoio da sociedade, cujo clamor não permita que o “jeitinho brasileiro” faça o “pizzu” – como é chamada a propina na Itália – acabar em pizza, regada a um bom Aperol ou Limoncello! ■

Maria Cristina Santos de Lucca
Promotora de Justiça das Varas da Fazenda Pública de Porto Alegre



Maria Cristina Santos de Lucca

Arquivo pessoal

Em defesa dos direitos dos membros do Ministério Público

Durante o primeiro semestre de 2019, AMP/RS participou ativamente de reuniões e iniciativas para a melhoria do texto da Reforma da Previdência que tramita no Congresso Nacional

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Comissão Especial da Previdência recebeu 17 propostas de emendas encaminhadas pelas entidades representativas dos membros do Ministério Público e da magistratura

Não haverá crescimento econômico – e tampouco a superação do cenário de crise – se não for feita, em um curto prazo, no Brasil, uma boa Reforma da Previdência. Essa é a tese que sustentam especialistas da área da economia e representantes de setores essenciais para o desenvolvimento do País. Por isso, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 06/2019 que tramita no Congresso Nacional é objeto da atenção de todos os brasileiros – em especial dos servidores públicos, cujos direitos podem ser ameaçados pelas novas regras em discussão.

Atenta a este processo, a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) está integrada às iniciativas empreendidas no sentido de assegurar a posição de promotores, procuradores e juízes e propor aos parlamentares aprimoramentos no texto original da Reforma da Previdência. A participação ocorre no âmbito da Associação →

Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), que participa da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) e do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate); por meio da União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública; e também na esfera da Comissão Previdenciária da própria entidade. “Estaremos presentes em todas as discussões para a construção de propostas que preservem os direitos e garantias da classe e minimizem os prejuízos para os servidores públicos. Nosso objetivo é intensificar o contato direto com parlamentares para propor melhorias ao texto através de sugestões de emendas e aprovar a melhor reforma possível”, diz a presidente da AMP/RS, Martha Beltrame.

Agenda de reuniões

A presidente da AMP/RS tem participado de uma intensa agenda de reuniões com o objetivo de debater os rumos da →

reforma. Em junho, ao lado da assessora especial para assuntos previdenciários, Maria Cristina Moreira de Oliveira, Martha participou de um encontro com os integrantes da Frente Gaúcha, na sede da Ajuris, em Porto Alegre. Dias antes, a presidente marcou presença na XV Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo (biênio 2018/2020) da CONAMP, na sede da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (AMPEM). Na pauta do encontro, além da PEC 06/19, estava o PLC 27/17 – o projeto de lei que prevê medidas de combate à corrupção e que foi descaracterizado durante a tramitação no Congresso Nacional.

Propostas de emendas

Em maio, o vice-presidente Administrativo e Financeiro da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares, representou a entidade, em Brasília, em encontros com os poderes Legislativo e →

Executivo. Ao lado do presidente da CONAMP, Victor Hugo Azevedo, e de outros representantes do MP e da magistratura, Tavares entregou, à Comissão Especial da Previdência, 17 propostas de emendas ao texto da reforma. O grupo de dirigentes também se mobilizou para coletar assinaturas de deputados e, assim, garantir a admissão das emendas na tramitação da PEC.

Algumas emendas foram acolhidas e houve alterações no texto inicial em pontos como idade mínima, regra de transição, sistema de capitalização e desconstitucionalização, seguindo-se as discussões sobre todo o texto, principalmente acerca da aplicabilidade aos estados e municípios.

Na primeira semana de julho, foi aberta uma petição pública referente à aprovação na Comissão Especial da Câmara dos Deputados a fim de denunciar o inconformismo das classes →



Vice-presidente Administrativo e Financeiro da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares (na ponta, à direita), representou a entidade, em Brasília, na entrega de 17 propostas de emenda ao texto original da Reforma da Previdência

com o tratamento dispensado por parcela do parlamento e com os direitos previdenciários de servidores públicos civis que estão sendo desrespeitados.

Na semana seguinte, a presidente e o vice-presidente da AMP/RS acompanharam in loco a votação da reforma em Brasília. A Câmara dos Deputados concluiu o primeiro turno no dia 12, quando foram aprovadas quatro mudanças em relação →

ao texto-base, aprovado pelos deputados no dia 10, com 379 a favor e 131 contra. Por ser uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), a reforma precisará ser aprovada duas vezes na Câmara e outras duas no Senado. "A AMP/RS continuará acompanhando atentamente a tramitação da PEC, no segundo turno, na Câmara dos Deputados. Seguiremos na busca pela manutenção das garantias e direitos previdenciários da classe", garante a presidente. ■



Presidente da Conamp, Victor Hugo Azevedo, subprocurador-geral para Assuntos Administrativos, Benhur Biancon Junior, subprocuradora-geral para Assuntos Jurídicos, Jacqueline Rosenfeld, procurador-geral de Justiça, Fabiano Dallazen, presidente da AMP/RS, Martha Beltrame, promotora Carmen Silvia Conti, promotor Júlio Alfredo Almeida, promotora Marta Leiria Pacheco, vice-presidente de núcleos, Fernando Andrade Alves, e vice-presidente dos aposentados, Paulo Natalicio Weschenfelder



Em seu discurso, a presidente da AMP/RS, Martha Beltrame, falou sobre a importância de contemplar o presente, o futuro e o legado do Ministério Público



Homenagens e lançamento de livros no Dia do Ministério Público

Para marcar o dia do Ministério Público gaúcho, comemorado em 29 de junho, a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) reuniu membros do MP e associados em um coquetel de celebração. A comemoração ocorreu no dia 27 de junho, na sede do Ministério Público. No evento, houve uma homenagem aos promotores aposentados em 2018 e 2019. E, paralelamente, o encontro ainda contou com uma sessão de autógrafos de livros lançados por procuradores e promotores no mesmo período.



Promotora Marta Leiria Pacheco; promotor Mauro Fonseca Andrade; presidente da AMP/RS, Martha Beltrame; presidente da CONAMP, Victor Hugo Azevedo; promotor João Paulo Fontoura de Medeiros; promotor Michael Schneider Flach; promotor Vilson Farias; e o vice-presidente de Núcleos da AMP/RS, Fernando Andrade Alves



No evento, além do coquetel comemorativo, houve sessão de autógrafos dos livros publicados por promotores entre 2018 e 2019



Procurador Paulo Olimpio Gomes de Souza e a presidente da AMP/RS, Martha Beltrame



“Sempre estivemos abertos ao diálogo”

Procurador-geral de Justiça do Estado, Fabiano Dallazen responde, nesta entrevista, questionamentos de jornalistas dos principais veículos de comunicação do Rio Grande do Sul

A grave crise financeira do Estado, as polêmicas relacionadas à Operação Lava Jato, os cortes no orçamento e os problemas da segurança pública: esses foram alguns dos assuntos abordados por jornalistas dos principais veículos de comunicação do Rio Grande do Sul em perguntas direcionadas ao procurador-geral de Justiça, Fabiano Dallazen. Nesta entrevista, o promotor responde os questionamentos e expõe a postura franca e aberta ao diálogo que caracterizou a sua primeira gestão, de 2017 a 2019.



Procurador-geral de Justiça do Estado, Fabiano Dallazen, ficará à frente do Ministério Público até junho de 2021



FELIPE VIEIRA
APRESENTADOR DO SBT RS

Há diferença entre uma postura colaborativa e cordial entre as

partes e o juiz, de uma atividade de aconselhamento estratégico de uma das partes pelo juiz?

Evidente que há diferença. Promotor e juiz, advogado e juiz, advogado e promotor trabalham juntos, no dia a dia. Não é incomum, nem antiético, uma relação cordial e até mesmo colaborativa no que diz respeito à atuação operacional, de como vai se proceder a condução de uma audiência, de como fica melhor para todos ou para ambas as partes a inquirição de uma testemunha ou na concordância da dispensa de outras testemunhas. Isso é parte do diálogo de um processo. Outra coisa diferente é a interferência de uma parte no trabalho de outra; de um juiz em relação ao trabalho da acusação ou da defesa. Evidentemente, ele se imiscuindo, perde a sua imparcialidade. Mas isso tem que ser realmente demonstrado, comprovado, e há mecanismos processuais para detectar e comprovar essa perda de imparcialidade.



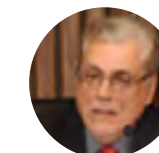
FERNANDO ALBRECHT
COLUNISTA DO JORNAL DO COMÉRCIO

Qual a sua avaliação sobre a atuação do Ministério

Público Federal na Lava Jato?

O Ministério Público, na Lava Jato, de modo geral, fez e está fazendo um trabalho magnífico. A forma como os procuradores da República enfrentaram, em vários momentos, o poder político, econômico e jurídico, obtendo êxito na grande maioria das ações e investigações, merece especial destaque. Mudou o cenário da própria persecução penal no Brasil, não só em relação ao padrão de crimes que se atingiu, mas em relação à forma de atuação, com profissionalismo e cooperação →

internacional. Isso demandou muito trabalho, muita capacitação dos membros do Ministério Público. É uma nova forma de atuação, que, inclusive, deixou muitas defesas de advogados renomados atônitas, porque as provas que foram colhidas não deixavam a mínima dúvida a respeito da participação, da culpabilidade, da transferência de dinheiro, de forma ilícita, entre o poder econômico e o poder público. Ou seja: tornou possível ver de onde foi tirado o dinheiro, quem pegou, para quem passou, por onde transitou. Com isso, se conseguiu, além de tudo, recuperar boa parte desse dinheiro. É um trabalho digno de nota que mudou o parâmetro do combate à lavagem de dinheiro no Brasil. Tanto é verdade que, por decorrência da Lava Jato, estamos discutindo várias mudanças na legislação e algumas formas de evitar excessos. É inegável, para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, a página que a Lava Jato escreveu na história do Brasil.



LUIZ ADOLFO LINO DE SOUZA
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE IMPRENSA

Algumas parcelas

da sociedade discutem a falta de uniformidade nos critérios usados por procuradores de justiça. Qual é o alcance e qual é o limite da autonomia de cada profissional?

Não é uma falta de critério. O que temos, muitas vezes, são casos diferentes e a possibilidade de interpretações diversas de uma mesma norma jurídica, já que o Direito não é uma ciência exata. Isso é perfeitamente comum e faz parte do sistema de justiça. Temos tribunais decidindo de um jeito e tribunais decidindo de outro, tanto é que se criam mecanismos, hoje, para que haja uma uniformização da própria jurisprudência. Mas leva um determinado tempo. Sob certo ponto, isto traz uma insegurança jurídica, é verdade, mas é inerente ao próprio Direito. Não há como fugir.



ROSANE DE OLIVEIRA
COLUNISTA DA GAÚCHAZH

O governador Eduardo Leite encaminhou para a Assembleia uma

proposta de LDO com congelamento absoluto de gastos, sem nem mesmo os tradicionais 3% do crescimento vegetativo da folha. Como o MP vai manejar o orçamento se for mesmo aprovado o congelamento?

Nós entendemos como equivocado o envio da proposta nos termos em que foi feito, sem que houvesse um diálogo a respeito deste ponto. É uma prerrogativa do Executivo, mas esperamos que a Assembleia conserte isso. O Ministério Público tem tido solidariedade com o poder Executivo, mas nem sequer contemplar o crescimento vegetativo me parece demasiado. Nos últimos anos, o Ministério Público, assim como os demais poderes, tem diminuído a sua participação no orçamento do Estado – que significa acréscimo para o Executivo. O Ministério Público não tem a responsabilidade que lhe imputam pelo cenário da crise. Nós temos uma corresponsabilidade em resolvê-la, isso sim, e estamos dando a nossa parcela de colaboração. Se eventualmente o Legislativo aprovar esta proposta de LDO nós vamos buscar a correção na via judicial. E, caso não se obtenha êxito, teremos que fazer remanejamentos e alguns cortes que trarão prejuízos à prestação de serviço, penalizando a sociedade gaúcha, destinatária final das nossas ações. Temos um conjunto de ações, operações, investigações que demandam investimentos para que sejam efetivas no combate à corrupção, à criminalidade, na defesa do consumidor, do meio ambiente e na proteção à infância e juventude. São áreas sensíveis que poderão sofrer prejuízos, eventualmente, em não havendo essa correção no projeto da LDO.



ANDRÉ MACHADO
APRESENTADOR DA BAND RS

O estado do Rio Grande do Sul está falido.

Todos os rankings

nacionais nos colocam entre os últimos em capacidade de investimento e no topo quando a questão é endividamento. É uma crise apenas do Poder Executivo ou a responsabilidade é dividida com os demais? Qual o papel do Ministério Público na construção desta crise e sua contribuição para a sua solução?

O Ministério Público tem dado a sua contribuição. Nos últimos dez anos, tem diminuído percentualmente sua participação no gasto com pessoal, no orçamento e em relação à receita corrente líquida – que só se incrementa em relação ao Executivo. A diferença que nós estamos tendo em relação ao Executivo é que durante todo este tempo a gente tem gerido, de forma muito austera, os nossos recursos e, com isso, conseguido produzir resultados. Agora, você quer culpar o Ministério Público ou os demais poderes que fizeram o dever de casa pela crise é muito complicado; é injusto. É claro que nós temos que ajudar, e a melhor forma de ajudar é trabalhando. É praticando a austeridade, mas no limite que nos permita continuar atuando, garantindo que o trabalho que realizamos na área criminal, nas investigações, no combate à corrupção, na proteção de vulneráveis, não sofra solução de continuidade.



MAICON BOCK
EDITOR-CHEFE DO JORNAL METRO

Um dos maiores problemas na segurança pública no Rio Grande

do Sul é a falta de vagas nas cadeias, que deixa suspeitos algemados a viaturas ou, pior, criminosos nas ruas. De que forma o MP pode contribuir na redução dessa situação e que ações serão tomadas na sua nova gestão frente a essa questão?

A questão penitenciária é, hoje, a principal questão de segurança pública no →

“ Sempre estivemos abertos ao diálogo. Queremos que essas propostas venham e sejam debatidas; elas vão encontrar sempre, no Ministério Público, um ambiente favorável.”
Fabiano Dallazen

Rio Grande do Sul. O Ministério Público tem trabalhado muito para viabilizar o aumento de vagas no sistema, assim como na verificação dos processos para garantir que só fiquem presos aqueles que necessariamente precisam ficar, que não podem estar na rua. Não é a sociedade que vai pagar este preço. Nós temos tido um grande diálogo com o Poder Executivo com objetivo de encontrar soluções que possibilitem a desburocratização para ampliação de vagas, bem como para viabilizar alternativas, como é o caso do método APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), que vem sendo encabeçado pelo Ministério Público, além de outras formas de cumprimento de pena que aliviem o sistema e permitam o combate às facções criminosas. A questão prisional tem muito a ver com a questão das facções criminosas. Você atacando as facções, você diminui o poder delas dentro e fora dos presídios.



DANIEL SCOLA
GERENTE-EXECUTIVO DE JORNALISMO DA RÁDIO GAÚCHA

O Congresso vem fazendo

movimentos para aprovar a Lei de Abuso de Autoridade. Quais são os riscos que isso traz para o MP?

O projeto de abuso de autoridade é uma clara vindita de um certo estamento do poder público contra promotores e juízes no sentido de calar essas autoridades, estabelecendo, em primeiro lugar, uma mordada, para que não comuniquem à população, através, inclusive, da imprensa e dos meios oficiais, aquilo que está sendo feito no combate à corrupção, no combate à improbidade administrativa e à má versação dos recursos. É uma maneira de coagir para que isso não ocorra, bem como uma forma →

de tentar retrain promotores e juízes nas suas investigações. Eles vão ter sempre a ameaça de serem processados, não por abusos que tenham cometido, mas como uma espécie de retaliação ou de vindita. É um projeto de lei que visa claramente coibir e constranger a atuação do Ministério Público.



PAULO SÉRGIO PINTO
VICE-PRESIDENTE DA REDE PAMPA

Se o governo do Estado propusesse ao Judiciário gaúcho, à Assembleia

Legislativa, ao TCE e ao Ministério Público do RS um pacto pró desenvolvimento do Estado, qual seria a decisão do MP?

O Ministério Público aderiria, como nós estamos aderindo a todas atitudes pelo desenvolvimento do Estado, em todas as áreas. O Ministério Público não abre mão do seu papel de fiscalizar, de custodiar o exato cumprimento da lei, mas tem buscado cada vez mais alternativas em todos os setores produtivos para que a sociedade possa se desenvolver. E mais do que isso: o Ministério Público tem proposto, a vários setores da sociedade, novas formas de resolver os problemas, para que a gente possa desatar os nós da burocracia e permitir que o nosso Estado passe a crescer. Sempre estivemos abertos ao diálogo. Queremos que essas propostas venham e sejam debatidas; elas vão encontrar sempre, no Ministério Público, um ambiente favorável. Temos buscado priorizar a atuação preventiva, extrajudicial, como forma de desafogar o Judiciário e dar mais agilidade no atendimento às demandas da sociedade, especialmente em áreas de grande impacto como a segurança, a saúde e a educação. Desta forma, buscamos evitar a judicialização dos problemas, que é o caminho mais demorado, mais custoso. O Estado precisa ser eficiente, e é evidente que um pacto que vá nesta direção vai contar com a nossa parceria.



Parceria renovada

Após ser reconduzido ao cargo, Fabiano Dallazen empossou a equipe que o acompanhará nos próximos dois anos à frente do Ministério Público do Rio Grande do Sul

Cerimônia de posse do procurador-geral de Justiça do Estado, Fabiano Dallazen

Prestigiada por dezenas de autoridades, colegas, amigos e familiares, a posse do promotor Fabiano Dallazen para o segundo biênio no comando do Ministério Público do Rio Grande do Sul, no dia 7 de junho, foi marcada por uma defesa contundente dos ideais da Instituição. Reconduzido ao cargo pelo governador Eduardo Leite, o procurador-geral de Justiça reafirmou, em seu discurso proferido no auditório das Torres Gêmeas, o compromisso com a unidade, o fortalecimento e a preservação da dignidade do MP. “Neste mundo de hoje, não é mais suficiente a invocação solene e enunciativa de nossa posição Constitucional. Precisamos consolidar, vigilante e diariamente, o reconhecimento social da singular relevância do Ministério Público, mensurada pela régua das demandas prioritárias da cidadania”, argumentou o chefe dos promotores e procuradores gaúchos, que permanecerá no cargo até junho de 2021.

A cerimônia também marcou a nomeação dos subprocuradores que formarão a equipe diretiva do Ministério Público do Rio Grande do Sul pelos próximos dois anos: Jacqueline Fagundes Rosenfeld (Assuntos Jurídicos), Benhur Biancon Junior (Assuntos Administrativos), Marcelo Lemos Dornelles (Assuntos Institucionais) e Sérgio Hiane Harris (Gestão Estratégica) – Jacqueline, Benhur e Marcelo já faziam parte da equipe na gestão anterior.

A administração superior do MP/RS para o biênio 2019/2021 ainda é formada pelo secretário-geral Júlio César de Melo, pelo corregedor-geral Ivan Saraiva Melgaré, pelo subcorregedor Marcelo Liscio Pedrotti, pelo chefe de gabinete Márcio Emílio Lemes Bressani, pelo ouvidor Eduardo de Lima Veiga e pelo ouvidor substituto Ruben Giugno Abruzzi.



Sérgio Hiane Harris, Marcelo Lemos Dornelles, Fabiano Dallazen, Jacqueline Fagundes Rosenfeld e Benhur Biancon Junior

MARCELO LEMOS DORNELLES
SUBPROCURADOR-GERAL PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Ex-procurador geral de Justiça (2015-2017) e ex-presidente da Associação do Ministério Público do RS (2008-2010), atua como promotor de Justiça desde 1996. Passou pelas promotorias de Tupanciretã, Cruz Alta e Canoas. Em Porto Alegre, foi promotor do Juizado Especial Criminal da Restinga e promotor-assessor na Procuradoria de Prefeitos. Também atuou como promotor da Infância e Juventude e dos Direitos Humanos.

JACQUELINE FAGUNDES ROSENFELD
SUBPROCURADORA-GERAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Ingressou no Ministério Público em janeiro de 1979. Foi promotora nas comarcas de Arroio do Meio, Sarandi, Encantado, Santa Cruz do Sul e Canoas. Além de ter sido promotora-corregedora, foi subcorregedora-geral e corregedora-geral. Nesta condição, exerceu a função de presidente do Colégio de Corregedores-Gerais dos Ministérios Públicos de todo o Brasil.

SÉRGIO HIANE HARRIS
SUBPROCURADOR-GERAL PARA GESTÃO ESTRATÉGICA

Promotor de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (2000), promotor da Vara Criminal de Farroupilha (2001), promotor da Vara Criminal de Cruz Alta (2002), promotor do Tribunal do Júri de Canoas (2003 a 2011), vice-presidente administrativo da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (2011/2014) e presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (2014/2018).

BENHUR BIANCON JUNIOR
SUBPROCURADOR-GERAL PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Ingressou no Ministério Público em 1993, exercendo suas funções nas comarcas de Quaraí, Campo Bom, São Leopoldo e Canoas. De 2003 a 2009 atuou na promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre e entre 2009 e 2011 foi chefe de gabinete do procurador-geral de Justiça. Em 2011 exerceu suas atividades na Promotoria de Justiça Regional do Sarandi e, após, na Promotoria de Justiça de Falências e Recuperação de Empresas de Porto Alegre.

Jantar de posse reuniu autoridades, colegas e convidados

Após a cerimônia de posse do procurador-geral de Justiça do Estado, autoridades, colegas e convidados se reuniram na Associação Leopoldina Juvenil para o jantar oferecido pela AMP/RS



Vice-presidente dos aposentados, Paulo Natalicio Weschenfelder, vice de núcleos, Fernando Andrade Alves, presidente da Conamp, Victor Hugo Azevedo, tesoureira, Luciana Cano Casarotto, presidente da AMP/RS, Martha Beltrame, procurador-geral de Justiça, Fabiano Dallazen, vice social, Karina Bussmann, e o vice administrativo e financeiro, João Ricardo Santos Tavares



Ex-procurador-geral, Mauro Renner; ex-procurador-geral, Cláudio Barros Silva; ex-procuradora Simone Mariano da Rocha; procurador-geral de Justiça, Fabiano Dallazen; ex-procurador Roberto Bandeira Pereira e subprocurador-geral Marcelo Dornelles



Procurador-geral de Justiça, Fabiano Dallazen, recebeu os convidados ao lado da esposa, a promotora Paula Ataíde Athanásio



Convidados prestigiaram o jantar de posse do procurador-geral de Justiça, Fabiano Dallazen



Amigos, familiares e membros do Ministério Público se reuniram no jantar de celebração de posse do procurador-geral de Justiça, Fabiano Dallazen

Nomeados 21 novos promotores

Aprovados no 48º Concurso do Ministério Público tomaram posse no dia 5 de julho



Aprovados no 48º Concurso do Ministério Público do Rio Grande do Sul tomaram posse como promotores

Autoridades, familiares e amigos dos 21 novos promotores de Justiça do Estado assistiram, no dia 5 de julho, à cerimônia de posse realizada no Auditório Mondercil Paulo de Moraes, na sede do Ministério Público gaúcho. Aprovados no 48º Concurso realizado pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, os novos promotores foram representados por Maurício Arpini Quintana, que falou em nome dos colegas. “Uma conquista desta magnitude não se alcança sozinho. Aliás, há muito se constatou que a plenitude do ser humano demanda sempre a presença do outro, →

de maneira que a família e os amigos foram fundamentais ao longo desta extenuante e exigente trajetória”, disse. O novo promotor de Justiça salientou a crise enfrentada pelo país, que alavanca os problemas sociais e a criminalidade. “Ao Ministério Público toca, portanto, permanecer incólume e vigilante”, ressaltou.

O procurador-geral de Justiça do Estado, Fabiano Dallazen, e a presidente da Associação do Ministério Público (AMP/RS), Martha Beltrame, prestigiaram a posse dos novos promotores. ■

Conheça os novos promotores:

Maurício Arpini Quintana
Priscilla Ramineli Leite Pereira
Valmor Júnior Cella Piazza
Sabrina Cabrera Batista Botelho
Marina de Bem Casanova
Márcio Luigi Teixeira Pinto
Eduardo Augusto Pohlmann

Lara Guimarães Trein
Marcelo Fagundes Fischer
Pedro Santos Fernandes
Miguel Germano Podanosche
Gabriel Munhoz Capelani
Vinícius Cassol
Thiago Luis Reinert

Caio Isola de Aro
Ana Maria Dal Moro Maito
Fernanda Ramires
Raynner Sales de Meira
Heráclito Mota Barreto Neto,
Larissa Corrêa Guarezi Zenatti
Vitor Hugo Chiuzuli

Valorização dos aposentados

Durante o primeiro semestre de 2019, a diretoria da AMP/RS deu atenção especial à valorização do público aposentado e à aproximação dos colegas às atividades da classe. Foram realizados almoços mensais na sede campestre da Associação, oportunizando o diálogo entre os membros ativos e inativos e colocando em pauta temas relevantes como, por exemplo, a Reforma da Previdência. Na edição do almoço de maio, a presidente da AMP/RS, Martha Beltrame, e o vice-presidente de aposentados, Paulo Natalício Weschenfelder, atualizaram o grupo sobre os desdobramentos da proposta de reforma e sobre a atuação da entidade na defesa dos direitos dos membros do Ministério Público.



Imagens: DIVULGAÇÃO

Participação ativa na tramitação da LDO 2020



A Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS), ao lado de outras entidades representativas do funcionalismo como Ajuris, Ceape/TCE, Adpergs e Sinfeel, esteve atenta à tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício 2020 na Assembleia Legislativa – o texto final foi aprovado pelos parlamentares no início de julho. A presidente Martha Beltrame e o vice-presidente administrativo e financeiro, João Ricardo Santos Tavares, participaram de inúmeras reuniões, ao longo do primeiro semestre, para debater o tema. Em junho, a AMP/RS fez parte do grupo que entregou propostas de emendas ao

relator do projeto, o deputado estadual Mateus Wesp (PSDB). Durante o encontro, a presidente da AMP/RS enfatizou a importância do equilíbrio do orçamento do Ministério Público nos últimos anos e alertou para a necessidade de se encontrar uma equação financeira capaz de viabilizar o enfrentamento da crise do Estado sem comprometer o funcionamento das instituições.

Conselho de Representantes aprova balanço de 2018



No início de junho, o Conselho de Representantes da AMP/RS reuniu-se para avaliar o balanço contábil referente a 2018. No encontro, o contador Enory Luiz Spinelli apresentou a prestação de contas à presidente, Martha Beltrame, e aos conselheiros Paulo Emilio Barbosa, Cláudio Barros Silva, Edgar Luiz de Magalhães Tweedie, Julia Elenir Martins e Nilson Ubirajara da Rosa Pacheco.

Evento de Dia das Mães



Em maio, a AMP/RS promoveu um evento para o Dia das Mães na sede campestre da entidade. O encontro proporcionou uma tarde de muita confraternização entre as famílias dos associados. A criançada aproveitou a área verde do complexo, os brinquedos e os quiosques de crepes e sorvetes.

AMP/RS no seminário da Frentas e nas reuniões da CONAMP

No início de maio, o vice-presidente de Núcleos da AMP/RS, Fernando Andrade Alves, participou do I Seminário Nacional sobre Direito e Democracia, promovido pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), em Brasília. Na sequência, Fernando Alves representou a AMP/RS na reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da CONAMP, em que foram debatidos temas legislativos que tramitam no Congresso Nacional, como a Reforma da Previdência, além da agenda de reuniões e eventos promovidos pela entidade nacional em 2019.

Encontros de diretoria ampla



Mensalmente, a AMP/RS é sede das reuniões ordinárias de diretoria ampla, nas quais são debatidos os temas mais relevantes ligados ao Ministério Público. Nestes encontros, reúnem-se a diretoria da AMP/RS, os representantes dos núcleos de todo o Estado e os associados que desejam participar. No primeiro semestre deste ano, os assuntos mais latentes foram as questões que tramitaram na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional, como o desarquivamento do projeto de lei que trata da diminuição da diferença nos percentuais remuneratórios entre as entrâncias. Outro ponto que ganhou destaque foi o desdobramento do relatório da PEC 06/2019, referente à Reforma da Previdência.

Participação nas reuniões de núcleos

A diretoria da AMP/RS valoriza a promoção do diálogo com os colegas das Comarcas de todo o Rio Grande do Sul. Para debater as questões regionais e as necessidades específicas de cada município são realizadas, frequentemente, as reuniões de núcleos. No mês de junho, a diretoria da AMP/RS participou do encontro de Santa Maria, na qual foram debatidos assuntos de interesse da classe e a legislação estadual. Na primeira semana de julho foi a vez da reunião de Palmeira das Missões, que contou com a presença dos promotores Ronaldo Arbo e Manuela Montanari, eleitos coordenador de núcleo e vice, respectivamente. Também participaram do encontro a promotora Dinamarcia Maciel – homenageada pelos 20 anos de MP – e os promotores Rafael de Lima Ricardi e Guilherme Martins. Ainda em julho, o Núcleo de Passo Fundo recebeu a diretoria, representada pela presidente, Martha Beltrame, e o pelo vice-presidente de Núcleos, Fernando Andrade Alves. No encontro, os promotores de justiça Ana Ferrareze, Cleonice Aires e Paulo Cirne foram homenageados pelos 25 anos de MP.



Santa Maria



Palmeira das Missões



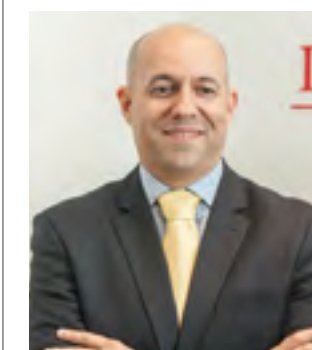
Passo Fundo



Conexão Mulher: um espaço permanente de debate

Todos os meses, as associadas da AMP/RS se reúnem para refletir e debater sobre o seu papel no sistema de justiça e no Ministério Público. Na edição do Conexão Mulher do março (foto), também foram feitas homenagens a mulheres que alcançaram posições de destaque nas suas áreas de atuação.

Advogado especialista em Previdência reforça Associação



Imagens: DIVULGAÇÃO / AMPRS

A AMP/RS disponibiliza aos seus associados o Serviço de Assistência Jurídica (SAJ) por meio de um quadro de advogados das áreas Cível, Penal e Administrativa. Desde o primeiro semestre de 2019, integra a equipe de profissionais Marcelo Dias da Silva, responsável pelos assuntos da área previdenciária. Em abril, Marcelo participou da reunião de diretoria ampla e aprofundou a análise da PEC 06/2019, que trata da Reforma da Previdência. Na ocasião, ele destacou as inconstitucionalidades da proposta, abordando as diferentes situações a serem enfrentadas pelos membros do MP – de acordo com a data de ingresso no serviço público e na carreira.

Encontro marcado com a leitura



Para quem gosta de literatura, o Grupo Literário da AMP/RS é um compromisso marcado na agenda. Na última quinta-feira do mês, os associados se reúnem na sede administrativa e refletem sobre uma obra previamente combinada. Em 2019, a agenda de encontros começou em março, quando o grupo falou sobre o clássico Cem Anos de Solidão, do escritor e jornalista colombiano Gabriel García Márquez. A leitura de abril foi Dom Casmurro, de Machado de Assis, publicado em 1899. Nas edições de maio e junho, o diferencial foi a presença dos autores dos livros-tema dos encontros – respectivamente, o gaúcho Luiz Antonio de Assis Brasil, escritor da obra "Figura na Sombra, e José Francisco Botelho, autor de "Cavalos de Cronos". Depois de uma pausa em julho, os encontros voltarão a acontecer na última quinta-feira de agosto.

Apoio a causas importantes



Em maio, a presidente da AMP/RS, Martha Beltrame, acompanhou dois momentos marcantes na Assembleia Legislativa: a instalação da Frente Parlamentar de Incentivo à Doação de Órgãos e a reinstalação da Frente Parlamentar Gaúcha em Defesa das Vítimas de Violência. A Associação também marcou presença na 1ª Corrida pela Adoção, que mobilizou cerca de 1,5 mil pessoas na avenida Edvaldo Pereira Paiva, em Porto Alegre. O evento foi uma parceria entre o Ministério Público, poder Judiciário, Prefeitura de Porto Alegre, Pais do Coração, Corpa e Banrisul, com apoio da AMP/RS, que aderiu por meio do patrocínio das inscrições dos promotores.

Fortalecimento do diálogo com estudantes

Uma das frentes que a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul estabelece é o diálogo entre a instituição e academia. Por isso, há 35 anos, são realizadas as Semanas do MP nas universidades de diversos municípios do Estado. A iniciativa permite que os estudantes possam conhecer o trabalho do Ministério Público e o pensamento da Instituição com relação aos assuntos jurídicos, bem como saber mais sobre as carreiras possíveis dentro desta área de atuação. Parceria entre a AMP/RS, a Fundação Escola do Ministério Público e as universidades, o projeto conta com o apoio do Ministério Público.

Para o vice-presidente administrativo e financeiro da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares, o debate com as universidades é de suma importância para o fortalecimento do trabalho do Ministério Público, visto que posiciona a Instituição frente aos futuros colegas da profissão. “Este projeto funciona como uma plataforma de interação com o mundo acadêmico e mostra como pensa o MP e o peso do trabalho que realiza frente à sociedade”, pondera.

Semana do Ministério Público 2019

Instituição de Ensino	Cidade	Data
Ulbra	Cachoeira do Sul	6 e 7 de agosto
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	São Luiz Gonzaga	19 e 20 de agosto
Unisc	Santa Cruz do Sul	17 a 19 de setembro
Ulbra	Nova Prata	8 e 9 de outubro
Unisc -Universidade de Santa Cruz do Sul	Sobradinho	17 de outubro
Ulbra	São Jerônimo	29 e 30 de outubro
Ulbra	Torres	6 e 7 de novembro

23º Congresso Nacional do MP

Para promover a discussão de questões jurídicas, econômicas e sociais relacionadas à atuação do Ministério Público e de interesse da sociedade brasileira, a CONAMP e a Associação Goiana do Ministério Público (AGMP) realizam o 23º Congresso Nacional do Ministério Público, entre os dias 4 e 6 de setembro, no Centro de Convenções de Goiânia, em Goiás. O tema desta edição é “Ministério Público e a defesa dos direitos fundamentais: foco na efetividade”. As inscrições podem ser feitas até a data do evento pelo site www.congressonacionalmp2019.org.br.

Vitória gaúcha no Torneio Nacional de Futebol Society



Delegação gaúcha comemora a conquista do título da categoria Sênior

A delegação gaúcha conquistou o título da categoria Sênior do 18º Torneio Nacional de Futebol Society do Ministério Público disputado no final de junho em São Luís, no Maranhão. Além da taça, a equipe do Rio Grande do Sul ainda ficou com o vice-campeonato no Super-Master e com a artilharia nas categorias Sênior e Super-Master, com Pedro Jardel e Marcelo Tubino. Promovida pela Associação do Ministério Público do Maranhão (AMPEM) e pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), a competição também teve como campeões os estados do Paraná (categoria Super-Master), Ceará (Master) e Mato Grosso do Sul (Força Livre). Durante o torneio, foram arrecadadas cerca de 300 cestas de alimentos que foram doadas para instituições de caridade da região.



Equipe campeã da categoria Sênior do 18º Torneio Nacional de Futebol Society do Ministério Público



Equipe vice-campeã da categoria Super-Master da competição disputada em São Luís, no Maranhão

Dois julgamentos para a história

Entre março e junho, o Judiciário gaúcho viveu dois momentos marcantes: a condenação dos acusados da morte do menino Bernardo Boldrini e a decisão do STJ de levar à júri popular os réus do incêndio na boate Kiss

Em um curto espaço de tempo, a Justiça gaúcha se viu diante de dois casos complexos, de forte apelo popular e de enorme repercussão na mídia. Em março, em Três Passos, após cinco dias e mais de 50 horas de julgamento com a participação dos promotores Ederson Vieira, Bruno Bonamente e Silvia Jappe, foram condenados os acusados de matar o menino Bernardo Boldrini em abril de 2014. Em junho, com a sustentação oral da acusação feita pelo subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Institucionais do MP/RS, Marcelo Dornelles, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) acolheu recurso movido pelo MP/RS e pela Associação de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM) e decidiu levar a júri popular os quatro réus que respondem pelo incêndio na boate Kiss. De um lado, um julgamento que entrou para a história da Justiça do Estado; de outro, um tribunal do júri que promete ser o mais longo já visto em todo o Rio Grande do Sul.



Pro societate

Cláudio Brito

Promotor de Justiça aposentado e jornalista

📷 Cláudio Brito / Arquivo Pessoal

O STJ reconheceu o que o Ministério Público e a associação que representa as famílias das vítimas da tragédia da Boate Kiss sustentaram: o tribunal do Júri é o competente para julgar o principal processo criminal instaurado para apurar os fatos de janeiro de 2013, em Santa Maria. Aqui, houve empate em um dos momentos recursais, resolvido pela adoção de posição favorável aos acusados, atribuindo-lhes conduta culposa.

Discute-se, especialmente nos meios acadêmicos, se chega mesmo a ser um princípio processual o *in dubio pro societate*. Pouco importa o debate entre os doutrinadores. O que é verdade e tem →



Sessão da Sexta Turma do STJ que decidiu, em junho, levar o caso da boate Kiss à júri popular

Presidente da AMP/RS, Martha Beltrame representou a entidade no julgamento do caso Bernardo, no Fórum da Comarca de Três Passos, e na sessão da Sexta Turma do STJ, em Brasília, que decidiu pelo júri popular para os acusados do incêndio na Kiss. “São dois casos em que a sociedade espera uma resposta consistente das autoridades e da justiça. O caso Bernardo teve o seu desfecho depois do julgamento mais longo da nossa história. O júri da boate Kiss deve ser ainda mais extenso, devido à complexidade do processo e do número de vítimas envolvidas”, argumenta a promotora.

fonte na lei, é que, “apenas o Tribunal do Júri é quem pode analisar e julgar os delitos dolosos contra a vida. O juiz natural para a apreciação dos delitos contra a vida é o Tribunal do Júri, a quem, como regra, deverá ser encaminhado o processo”, conforme ensinam Douglas Fischer e Eugênio Pacelli, em Comentários ao Código de Processo Penal.

Nossa Instituição entrou de fato na luta pela realização de julgamento pela sociedade. O Subprocurador-Geral Marcelo Dornelles foi a Brasília sustentar, oralmente, a tese que restou consagrada. As vítimas estavam representadas pelos advogados Ricardo Breier e Pedro Barcellos. Houve sustentação defensiva também. Era o Júri o tema central. A sentença do Juiz Ulysses Louzada, que pronunciou os réus, serviu de respaldo adequado aos votos unânimes da Sexta Turma. Também foi razão de decidir o voto do desembargador Jayme Weingartner, que aqui no TJRS defendeu a remessa do caso ao Júri.

Relevante é que os jurados decidirão a causa. Nossos colegas de Santa Maria sustentarão a denúncia, respeitados os limites que afastaram circunstâncias qualificadoras.

A soberania popular dará sua resposta. ■



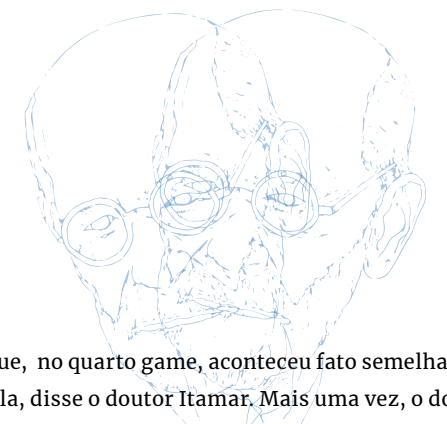
Conflitos Freudianos

Mário Cavaleiro Lisboa

O doutor Jonas Píncaro de Las Palmas, professor catedrático de psiquiatria, acordou satisfeito naquela terça-feira. Iria jogar tênis. Preparou seu material, com um terno novo de bolinhas. Alguns amigos nunca levavam bolinhas para o jogo. Eram os sovinas. O doutor Jonas sabia muito bem que o adulto é um produto da criança; e que o bebê, em seu desenvolvimento, passa por diversas fases: a oral, a anal, a fálica, a mágica, etc. E que a avareza que muitos adultos apresentam em sua conduta decorre da forma inadequada com que o bebê tratou a fase anal, tendo prazer na retenção das fezes. Nessa fase, as fezes são tratadas como uma possessão de valor extraordinário. Com frequência, a solicitude excessiva da mãe ou da babá em relação à evacuação da criança serve para intensificar essa tendência de supervalorizar a atenção dos adultos, concentrando-se todos na criança. Quando o excremento é finalmente evacuado, ele é utilizado como um presente, uma dádiva generosa à mãe ansiosa. Não administrando de forma adequada essa fase, a criança vai legar ao adulto uma identidade inconsciente de acumular e apegar-se a seus bens. Ele chamava os avarentos de o pessoal das fezes retidas. Eu não tive problemas nessa fase da vida, daí mau desapego, daí que normalmente sou eu quem leva as bolinhas novas, pensou o doutor Jonas.

Quando chegou ao clube, o doutor Jonas procurou os seus amigos. Encontrou-os na quadra número cinco. Não, isso não podia estar acontecendo. Não, não e não. Mas pior que estava. Junto a seus amigos, pronto para jogar, encontrava-se o seu colega, o psiquiatra Itamar Augusto Sisnero de Menezes. O doutor Jonas detestava o doutor Itamar, por que estaria ele em meio a seus amigos se nem pertencia ao grupo? Ao entrar na quadra, o doutor Jonas foi informado que seu colega pedira para jogar com eles, pois ficara sem adversário naquela manhã. Paciência, pensou o doutor Jonas, tenho de apelar para minha capacidade de resiliência, adaptando-me a essa situação adversa; assim é a vida. Na escolha dos parceiros, o doutor Jonas teve o cuidado de colocar-se como adversário do doutor Itamar; ele que fique bem longe de mim.

Começaram o jogo. No segundo game, o doutor Jonas achou que o doutor Itamar havia fraudado um ponto, dizendo que a bola tinha saído, quando, para o doutor Jonas, fora dentro da quadra. Resiliência, pensou o doutor Jonas, vamos em frente →



Ocorre que, no quarto game, aconteceu fato semelhante; fora a bola, disse o doutor Itamar. Mais uma vez, o doutor Jonas achou que havia sido dentro; e bem dentro. A resiliência que vá para os quintos dos infernos, pensou o doutor Jonas, não se pode deixar que um cretino desses fique roubando desse jeito; e aproximou-se da rede. Doutor Itamar, disse alto e bom som, essa sua tendência de querer ganhar o jogo de qualquer forma demonstra sua baixa tolerância à frustração, indicando grave fraqueza do ego. O doutor Itamar, por sua vez, também se aproximou da rede e disse, na verdade, a bola foi fora, mas como o senhor quer muito que ela seja boa, o senhor pode estar sofrendo de cegueira histórica que se caracteriza por ver apenas o que quer ver. O doutor Jonas ficou vermelho e disse, eu o conheço há muito tempo e já cheguei à conclusão de que o senhor apresenta neurose de caráter, pois é pedante, meticuloso e cruel. E mais. Muito mais. O senhor tem também traços de caráter explorador, o senhor deve ter se desenvolvido numa atmosfera de frustração. Dessa forma, como adulto, passou a sentir que só pode ter aquilo que puder ter tomando de outrem, e que, a única fonte de segurança reside na exploração de terceiros. Quando ameaçado de perigo, o caráter explorador tenta manipular a situação pela lisonja, a agressão ou qualquer outro meio. Ora, vá se catar, reagiu o doutor Itamar, esse seu comportamento hostil em virtude de apenas a dúvida sobre um ponto no jogo de tênis demonstra que talvez o senhor sofra de egolatria, que é o exagero psicopático do sentido da autoimportância. Pessoas como o senhor caracterizam-se por uma forte tendência egocêntrica, que os compele a depreciarem os outros, em sua constante atitude agressiva e intolerante. O doutor Jonas agarrou-se com força na rede e disse, levantando a voz, de acordo com Freud, a sua conduta infantilizada demonstra que o senhor, quando criança, recebeu de sua mãe um amor sufocante, sendo superprotegido, excessivamente mimado, tornando-se incapaz de tolerar contestação e os naturais reveses da vida.

– Ah, que coisa – disse outro integrante do grupo. – Já que Freud não está aqui para decidir se a bola foi dentro ou fora da quadra, quem sabe a gente repete o ponto e seguimos a partida, pois, na verdade, estamos aqui para praticar esporte, não para investigar a conduta da mãe dos outros.

E assim foi feito. O jogo reiniciou. Mas num clima de sublimação forçada e beijo caído de ambos os doutores. ■

